

Carta dos Editores convidados

Este número da *Desenvolvimento em Debate* apresenta artigos que analisam, desde diferentes perspectivas, os desafios de fortalecer as capacidades do Estado. No primeiro artigo, *Concentração empresarial nas exportações do complexo soja no Paraguai (2000 - 2016)*, Wellington Luciano dos Santos e Valdemar João Wesz Junior no artigo analisam o grau de concentração empresarial nas exportações do complexo soja (grão, óleo e farelo) no Paraguai entre 2000 e 2016, identificando os atores por trás da principal atividade agropecuária do país analisado e do setor com maior peso nas exportações desse país. Os autores realizam uma interesssante contextualização da produção de soja no Paraguai, setor que cresceu de maneira constante no período analisado, mostrando, apesar do ingresso de diferentes empresas, uma alta concentração nos mercados de óleo e farelo e concentração moderada no caso da soja em grão. Assim, chegam à conclusão de que a principal atividade agropecuária do Paraguai é dependente de um número reduzido de empresas transnacionais.

No artigo de Rodrigo Gandra, *Justificativas regulatórias para o segmento de Exploração e Produção (E&P) no Brasil entre 1997 e 2017*, é apresentada uma discussão sobre a gramática do modelo de regulação do segmento de exploração e produção da indústria de óleo e gás no Brasil num período de tempo que vai desde a ratificação da Lei do Petróleo em 1997 até anos recentes, incluindo reformas que modificaram os contratos de partilha de produção e as atribuições dos órgãos regulatórios. O autor mostra que no período analisado as motivações regulatórias foram alteradas de acordo com aspectos técnicos; e correntes políticas, ideológicas, econômicas e culturais que envolvem os Governos, motivo pelo qual entende que o modelo de regulação muda de acordo com suas justificativas (apresentando um aspecto dinâmico), às vezes aumentando a concorrência entre as empresas e às vezes restringindo.

Camila Gonçalves de Mario, autora do artigo *Avaliação endógena e a legitimidade das políticas públicas: a experiência da Ouvidoria Geral do Município de Campinas*, apresenta uma reflexão sobre o processo de avaliação e a legitimidade das políticas públicas a partir da experiência de avaliação endógena da Ouvidoria Geral do município de Campinas entre 2002 e 2009. Para isso, a autora adota uma perspectiva analítica que salienta a relação entre avaliação e legitimidade de políticas públicas

como processo relacional. A análise recupera, de um lado, as percepções e expectativas dos cidadãos e dos burocratas; de outro, a importância dos valores e das ideias que perpassam a política pública e a sociedade que orientam tanto o desempenho dos atores envolvidos na produção da política quanto as expectativas e percepções que os usuários têm sobre essa política.

Por fim, Paula Carvalho, no artigo *A origem das agências reguladoras nos Estados Unidos. Um caso de mudança institucional analisa* a dinâmica que levou à criação das primeiras agências reguladoras que se formaram nos Estados Unidos utilizando como marco teórico a obra de Douglas North. A autora faz um estudo histórico de longo prazo, tendo em conta que a primeira agência pública com poder para regular tarifas surgiu em 1873, no estado de Illinois, diante do conflito entre agricultores e ferrovias no tocante às tarifas ferroviárias abusivas e monopólicas. Analisando um período negligenciado na literatura, o artigo mostra o papel protagonista das agências locais e estaduais no processo de conformação de instituições, como também a importância das teorias de mudança institucional para se estudar o surgimento das agências reguladoras.

Ana Célia Castro
Alcides Gussi